

BRUNO PEREIRA PRIMA

ENTRE O
COLAPSO
— E A —
REFORMA

UM ESTUDO SOBRE A CRISE DA EXECUÇÃO
E O PAPEL DO SISTEMA DE INSOLVÊNCIA

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2027

Sumário

Prefácio	XIII
Introdução.....	1
1 A crise da tutela executiva: significado, consequências e causas...7	
1.1 Gargalos da execução.....	9
1.2 Impacto no sistema judiciário e consequências para os credores e o sistema econômico	14
1.3 Ineficiência e limitações das execuções individuais	19
1.4 Possíveis soluções e o papel dos métodos autocompositivos.....	33
1.5 A importância da tutela coletiva como possível solução.....	42
2 Os processos concursais são a solução?	53
2.1 A função das execuções coletivas	53
2.2 Breves considerações sobre a evolução da execução coletiva no mundo.....	57
2.3 Breves considerações sobre a evolução da execução coletiva no Brasil	63
3 A insolvência civil.....	75
3.1 A insolvência civil	76
3.1.1 A insolvência civil no Código de Processo Civil de 2015.....	79
3.1.2 Características da insolvência	82
4 Regime falimentar e recuperacional	101
4.1 A falência.....	101
4.1.1 A falência pela Lei 11.101/2005.....	103

4.1.2 Características da falência	118
4.1.3 Atualizações da Lei 14.112/2020	123
4.2 A recuperação de empresas	129
4.2.1 A recuperação judicial pela Lei 11.101/2005	130
4.2.2 A recuperação extrajudicial pela Lei 11.101/2005	141
4.2.3 Características da recuperação de empresas	146
4.2.4 Atualizações da Lei 14.112/2020	148
5 Técnicas de execução coletiva: créditos trabalhistas, clubes de futebol e consumidores.....	153
5.1 Plano Especial de Pagamento Trabalhista (PEPT).....	153
5.2 Regime Centralizado de Execuções (RCE) da Lei nº 14.193/2021	162
5.3 Regime da prevenção e tratamento do superendividamento (Lei nº 14.181/2021).....	167
6 Conclusão	171
6.1 O colapso estrutural do sistema de execução coletiva atual...172	
6.1.1 As limitações da insolvência civil	172
6.1.2 As limitações do PEPT, RCE e da Lei do Superendividamento	175
6.1.3 As limitações da recuperação de empresas e insolvência empresarial	177
6.1.4 As limitações dos métodos autocompositivos	178
6.2 A relevância do agente econômico no Brasil e seu desamparo jurídico	179
6.3 A tendência mundial de ampliação do acesso aos processos de falência e recuperação judicial	183
6.4 Necessidade de aperfeiçoamento do sistema	186
Referências Bibliográficas.....	193